

REFLEXÕES SOBRE A FALTA DE LEGITIMIDADE DA UNIÃO AFRICANA (UA) COMO LEGADO DO COLONIALISMO ATÉ O ANO DE 2018.

Jaqueline Assunção. ¹

Leonardo Mércher. ²

RESUMO

Dada a contemporaneidade em que os Estados em condição subalterna estão inseridos e, visto que este processo acontece paulatinamente e concomitantemente aos Estados desenvolvidos e colonizadores, adicionados ao quesito macroeconômico mundial, reforçados pelo multilateralismo, e endossados pela soberania estatal firmada nos acordos de Vestfália em 1648, corroborados ao processo de construção de identidade Estatal no Sistema Internacional, seja por meio da pressão da sociedade civil, ou pelos esforços impetrados pelos agentes de tal Estado em fazer-se reconhecer e desligar-se das amarras da metrópole - que pode adotar um caráter colonizador implícito - sugere-se nesse artigo estudar tal processo de desconstrução de dependência versus as consequências da falta de legitimidade da UA.

Palavras-chave: Colonização. Subalternidade. União Africana. Sistema Internacional. Legitimidade.

INTRODUÇÃO

É completamente incongruente tentar explicar a falta de legitimidade da União Africana (UA) com uma visão unilateral europeia, uma vez que seus intelectuais

¹ Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 2019.

² Leonardo Mércher é Professor Universitário em Artes e Relações Internacionais desde 2009, integrando o corpo docente UNINTER em 2013. Atualmente é professor vinculado aos cursos superiores de Ciência Política, Relações Internacionais, Artes Visuais, Comércio Exterior, Gestão Pública e Secretariado Executivo Trilíngue

participam do contexto em que estão inseridos, ou seja, não conseguem desvincular fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, que caracterizam sua realidade, o que acaba condicionando sua produção, deixando-a tendenciosa; ao mesmo tempo em que sua busca e pesquisa são baseadas essencialmente em uma produção europeia, que tende a considerar aspectos engrandecedores das próprias conquistas europeias, com caráter de dominação, e, concomitantemente, negligenciar a parcela atuante do sujeito subalterno, desconsiderando, se não totalmente, seus aspectos culturais.

Figura 1: Mapa dos Estados-membros da União Africana.



Fonte: Wikipédia, 2019.

Para entendermos hoje o status quo de subalternidade que o continente africano é conhecido e estereotipado, precisa-se percorrer por toda a história de colonização para entender os processos e dinâmicas que levaram e legitimaram a posse do poder por alguns para valerem-se dele e promoverem sua dominação.

Destas, possíveis forças colaboradoras para o desembaraço do processo podem estar ligadas aos seguintes elementos: as forças nacionais (sociedade civil e atores individuais), ordem mundial (interdependência complexa), fenômenos econômicos (multilateralismo e multipolaridade) e sociais (insurgimento do sentimento nacionalista, a criação da identidade cultural e abstrata da sociedade).

REFLEXÕES SOBRE A FALTA DE LEGITIMIDADE DA UNIÃO AFRICANA (UA) COMO LEGADO DO COLONIALISMO ATÉ O ANO DE 2018.

O Estudo das Relações Internacionais primeiramente traz como teoria o Realismo, a mais antiga e conhecida forma de analisar o Sistema Internacional (S.I) (CASTRO, 2012), onde é afirmado que a natureza humana é egoísta e esse egoísmo passa a ser espelhado nas relações entre os Estados, únicos atores internacionais, que buscam agir sempre da melhor forma para deter ganhos e alcançar seus próprios interesses, e essa visão dominou a análise no meio internacional por muito tempo. Em contrapartida, outra teoria de grande reconhecimento é o Liberalismo, que traz uma perspectiva mais otimista da natureza humana, e apesar de considerar o Estado um ator importante no Sistema Internacional, traz outros agentes para o jogo, como as instituições multilaterais, regimes internacionais, e vê as relações como algo mais que ações egoístas entre os Estados, para gerar cooperação em prol da paz (CASTRO, 2012).

Essas teorias continuam presentes nos Estudos das Relações Internacionais, mas com as visíveis mudanças ocorridas entre os atores internacionais ao longo do século XX, principalmente na segunda metade deste século, novas perspectivas se formaram e surgiram outras teorias e estudos para explicar tanto as relações entre os membros do S.I., quanto a estrutura onde essas relações acontecem. Um dos novos campos de estudo que surgiram nessa época é o pós-colonialismo, esse termo surge na década de 1970 e é abrangida na década de 1980 (MARTA, 2014), que se inicia com os estudos culturais, mas emancipa-se posteriormente "em função do seu objeto (...), o mundo colonial", Índia, África e Caribe (NEVES, ALMEIDA, 2012), para analisá-

lo por uma nova perspectiva a partir de então, a perspectiva de seus habitantes, saindo da ótica hegemônica anterior, vinda das metrópoles colonizadoras.

O pós-colonialismo é uma abordagem da teoria crítica (ou reflexivista), e parte da premissa de dar nova visão aos estudos culturais e históricos, trabalhando sobre a persistência das formas coloniais de poder. A teoria embasa-se da perspectiva do "Outro", que foi criado durante o colonialismo e que permaneceu após seu suposto fim. As análises etnocêntricas vindas das metrópoles coloniais ocidentais, limitaram as barreiras desses estudos, mostrando vertentes duais (NEVES; ALMEIDA. 2012), que mostravam as antigas colônias e seus habitantes baseando-se em suas próprias ideias do "certo" e "errado", do "bom" e do "mal", impedindo e silenciando as vozes dessas pessoas. Essa nova corrente de estudo vem exatamente para dar espaço a essas vozes e perspectivas, que podem, então, analisar sua própria história e prática, mostrando-as em sua diversidade e complexidade, a formação de suas identidades ao se relacionarem com o ocidente.

Para entender o pós-colonialismo, segundo Van Der Ree (2014) é necessário a compreensão do colonialismo – que se divide em três fases. A primeira, do ano 1500 à 1800, baseia-se no monopólio do comércio e pilhagem de terras novas e colonizadas. Este processo incluía a escravatura dos povos indígenas às colônias, e o processo de auto enriquecimento dos colonizadores. A segunda fase (1800-1870) teve a integração ao capitalismo global, onde as colônias produziam plantações que serviam para o mercado livre. As plantações não eram regidas por sujeitos locais da colonial, porém eles podiam trabalhar nelas em circunstâncias terríveis que não classificavam oficialmente como escravidão.

Dos anos 1870 a 1945, os países ocidentais investiram nos países colonizados em infraestrutura, ferrovias, educação, instituições governamentais e etc, elevando os sujeitos coloniais e os ensinando à serem livres, democráticos e civilizados – de maneira paternalista e condescendente. Após o término da Segunda Guerra Mundial houve uma descolonização em massa, exceto a América Latina que já havia se descolonizado. Neste processo houve a criação do “terceiro mundo” que se contrapunha à competição entre o “primeiro mundo” (Ocidente) e o “segundo mundo”. Com essa invenção de desenvolvimento, o período tornou-se pós-colonial, onde havia mudanças do colonialismo, como a liberdade formal e a suposta igualdade em certas áreas; como também continuidades como a hierarquia informal, a desigualdade estatal e a dependência (União Soviète) (VAN DER REE, Gerard, 2014).

A partir deste contexto mundial, o pós colonialismo estuda a sabedoria, o poder e a produção do sujeito. Como estudado pelo pós modernista, Michel Foucault em várias obras, o poder não vem a base da coerção, mas sim de um processo de internalização de relações de poder e está em toda parte (FOUCAULT 1991; RABINOW 1991). Existe uma diferença entre quem nós pensamos que somos (subjetividade que não é autônomo) e quem nós realmente somos, que é sujeito às relações de poder e que se tornou naturalizado por vários processos de socialização. A naturalização tem dois lados – as posições dominantes e as posições marginais. As posições dominantes entendem seu privilégio no sistema como algo natural ou dado. Estar no poder significa não ter que se questionar nem se adaptar. As posições marginais, ou como classifica o Du Bois, a “consciência dupla” é o olhar de si mesmo pelo olhar do dominante.

O dominado está sempre consciente do olhar do dominante e subconscientemente se julga e se condena por não estar mantendo o padrão do dominante (DU BOIS, W.E.B, 1903). Pós - colonialismo foca no papel do poder na representação. Em seu livro *Orientalismo*, o Said aponta como a representação Oriental não é verdadeira nem irrelevante, mas que na verdade a maneira na qual representamos o ‘outro’, pela lógica do espelhamento, é uma inversão de como nós nos vemos (SAID, Edward, 1979). Os discursos e relações de poder que estão por trás das criações das identidades da África e a maneira qual sua subjetividade foi assegurada fundamentam-se nos estudos e vertentes do pós - colonialismo.

A história da África é muito abstrusa, devido a todo processo de transformação do continente, desde da colonização europeia até os dias atuais. O imperialismo, a política de expansão territorial, cultural e econômica caracterizaram a imposição dos europeus sob os africanos de seguirem os aspectos europeus, do uso de uma superioridade militar europeia a fim de dominar e evitar revoltas e manifestações populares.

A dominação europeia direta sobre a África durou aproximadamente 75 anos, o que em comparação a um continente com mais de 5 mil anos de história documentada pode não explicitar a relevância das implicações impostas durante a subalternidade exacerbada. Entretanto, o domínio europeu sobre a África foi um tempo intenso, precedido pelo impacto do mercantilismo e do escravismo. Ademais, durante a dominação dos europeus, o sistema capitalista, as ideias ocidentais e as estruturas políticas europeias foram trazidas e impostas aos africanos, combustível

suficiente para o início de um processo que alavancou certa transformação em todo o continente como, por exemplo, a instabilidade interna e as disputas pelos controles de áreas produtivas (VISENTINI, 2014). Outros motivos de revoltas populares foram as independências e o neocolonialismo, dessa forma, não foi possível criar um elo entre os restantes dos países africanos. Assim, houve milhares de disputas internas por questões territoriais, étnicas, religião, entre outras.

A concepção de que o continente africano evoluiu dos grandes acontecimentos internacionais é arduo, pois, desde o início a metade do norte e leste africano mantiveram contatos com a Ásia e a Europa, principalmente, quando os países europeus começaram as grandes navegações. A partir disso, a África passou a estar no centro dos fluxos, e, assim, o continente foi criando um elo ao sistema mundial e ao grande mercado.

Não obstante, no pós Segunda Guerra Mundial, já em um contexto mundial de bipolaridade, a própria guerra mostrou-se um marco decisivo para o enfraquecimento do colonialismo europeu, quando as metrópoles viram-se com extremas dificuldades de manterem sua dominação em vista da instabilidade doméstica, ou seja, os danos causados pela guerra. Fator que contribuiu, também, para as descolonizações africanas, quando a maioria das colônias europeias na África garantem sua independência e soberania.

A lógica de dominação supra - abordada viu-se ainda mais ameaçada com as dinâmicas que a bipolaridade trouxe, uma vez que não era interessante para os EUA –centro e hegemonia capitalista – a prevalência de nenhuma forma de mercado protecionista, como acontecia com as transações comerciais metrópole - colônia. Pelo lado soviético também não era interessante a continuação dessa lógica pelo fato de que o novo país, uma vez livre e independente, poderia unir-se ao bloco soviético, aumentando sua força em números no sistema internacional.

Além disso, o surgimento da ONU representou uma ameaça aos argumentos e recusas por parte da dominação. A carta das Nações Unidas é um instrumento que invoca e legitima a democracia e a autodeterminação dos povos. Algo que fora utilizado pelos africanos para garantir sua independência.

Outra questão inegável que cooperou para o surgimento de novos Estados independentes deve-se às influências dos movimentos ideológicos, identitários e, muitas vezes, de caráter nacionalista que instigaram, gradativamente, o imaginário e a opinião da elite africana, do corpo político, das academias e da população em geral.

Trata-se, principalmente, do pan-arabismo que surgiu no Egito, com Gamal Abdel Nasser, que teve um papel fundamental para que a população árabe do Magreb (Noroeste africano, acima do Saara) se mobilizasse em prol das independências. Assim como houve o pan-africanismo e o movimento negritude, dos quais, mesmo tendo mais força fora da África - nas ex-colônias europeias pelos descendentes de escravos africanos ou emigrantes recentes – exerceram influência na África.

Vários motivos cooperaram para o afrouxamento da lógica colonialista, como foram já listados alguns. No entanto, cabe ressaltar que apesar de ter existido muita resistência por parte das metrópoles em abrirem mão de suas colônias – implicando em conflitos sem fim, guerras civis e grande instabilidade política interna - os maiores problemas ainda estavam por vir. Quando recém-formados Estados independentes, frágeis, com uma economia fraca, uma diplomacia sem força, incapazes de causar assimetrias, viram-se inseridos em um sistema internacional complexo e tão ameaçador quanto a dominação que antes existia internamente, esses acabaram por definir direções opostas, perseguindo seu desenvolvimento, surgindo posicionamentos político-econômicos que acabaram dividindo a África.

Nesse contexto, a criação da OUA (Organização da Unidade Africana) em 1963, foi um avanço considerável para o fortalecimento do sentimento de pertencimento da unidade africana por parte dos africanos. Quando 32 países independentes assinaram um documento que os unia contra o colonialismo, ainda vivo na África em lugares específicos, e contra o neocolonialismo que se instaurava.

Essa divisão do continente consistiu, basicamente, entre aqueles que queriam continuar tendo relações comerciais – e até políticas - com suas antigas metrópoles, um posicionamento conservador e de caráter neocolonial; e aqueles que almejavam o máximo distanciamento possível dos seus antigos dominadores, querendo desenvolver-se de forma mais autônoma, não se enquadrando definitivamente em nenhum dos polos que a bipolaridade apresentava, esses representaram de forma massiva o 3º mundo, reformistas de caráter nacionalista.

A grande questão que permeia os processos descolonizatórios, seu contexto, as dificuldades em total emancipação política - econômica e o alcance de um desenvolvimento convincente está ligada à continuidade quase que idêntica das fronteiras artificiais deixadas pelos colonizadores na África. Algo que se consagrou na Conferência de Berlim, 1884, que a OUA consentiu ou não conseguiu mudar e que é motivo de desordem e de instabilidade política até os dias atuais. Assistiu-se a

constantes guerras civis e genocídios brutais graças a essas decisões exclusivamente europeias que não levaram em consideração os antagonismos e problemas internos africanos, uma vez que tribos ou etnias tradicionalmente rivais, por exemplo, viram-se obrigadas a conviverem sobre as mesmas fronteiras e falarem a mesma língua, não constituindo assim uma nação.

Muito que a África ainda sofre deve-se à prévia criação de um Estado, pelos europeus, sem, no entanto, haver a existência de uma nação. Há uma imensa dificuldade de fortalecimento das instituições e do corpo político por parte dos países que se encontram internamente divididos, senão em guerra; que segundo Charter for African Cultural Renaissance (2006, p. 3):

that despite cultural domination which during the slave trade and the colonial era led to the depersonalization of the part of the African peoples, falsified the history, systematically disparaged and combated African values, and tried to replace progressively and officially, their languages by that of colonize. (Charter for African Cultural Renaissance, 2006, p.3)

O mundo pós-Guerra Fria abriu-se para a frente expansiva do leste europeu, o desenvolvimento da Ásia e a democratização na América Latina, desmistificando e quebrando com a configuração bipolar que vigorou no sistema internacional entre 1945 e 1990, fato este que influencia diretamente no continente africano, uma vez que não será mais um produto de barganha de poder entre Estados Unidos e União Soviética, mas sim será, apesar de à época desfocado, marginalizado por um mundo com olhos em outras fronteiras e, não obstante, influenciado por diferentes Estados em busca de expansão econômica e territorial além de manutenção do poder – que agora começa a se transformar numa disputa multipolarizada. (VISENTINI, RIBEIRO e PEREIRA – 2014).

Ainda com os autores mencionados, explode na África o que é conhecido como “afropessimismo”: epidemias, misérias, desastres econômicos, mazelas, a exploração demasiada em busca de jazidas de ouro, diamante, petróleo, gás e outros recursos. A relativização de um novo mundo - posterior a tensão bipolar da Guerra Fria - traz uma perspectiva econômica diferente ao continente africano por meio da inserção/imposição do modelo liberal de democracia estadunidense, que tem seu viés cooperativo, em função de que o incentivo econômico e a possibilidade de financiamentos para uma possível ascensão africana trás no bojo monetário o fim de velhos conflitos; porém, outros novos conflitos são inflamados e, ademais, tal

cooperação não se concretizaria sem uma transformação político-financeira dos Estados ao modelo estadunidense supracitado.

Segundo Visentini, Ribeiro e Pereira (2014), com o advento de novas influências e a abertura da África para novos modelos estruturais de governo corroborando com um inédito cenário mundial multilateralizado, a segunda metade da década de 1980 no continente africano é marcada pelos conflitos civis – uma espécie guerra fria africana – e os esforços de reestruturação econômica através de coligações, tratados, acordos e estreitamentos políticos e econômicos, principalmente com a China e Índia, onde essa investe maciçamente na África em uma perspectiva diferente da premissa estadunidense, pois viria, então, sem uma contrapartida de reestruturação africana no contexto político, uma vez que o capital chinês quer continuar a política expansionista dentro da África, bem como manter seus interesses na contramão de Taiwan; já a Índia se interessava, além do comércio convencional, na manutenção das rotas marítimas.

O continente africano é recheado por uma miscigenação étnica que não suporta as barreiras físicas territoriais de seu continente. Conflitos, desacordos, atritos hão de acontecer, porém não só pelo tribalismo in loco, mas todo o aparato sócio-político em que se envolvem. Casos conhecidos como o de Ruanda e Burundi, do Zaire (que posteriormente virá a ser a República Democrática do Congo), da Argélia, Libéria são conhecidos e desconhecidos ao mesmo tempo - os autores ainda falam em Guerra Mundial Africana, diásporas internas causadas por fluxos imigratórios de refugiados

O desenvolvimento da identidade da África emergiu da consolidação do “outro” com base na fragmentação de fronteiras herdadas pelo colonialismo, gerou Estados pluriétnicos refletindo além dessas delimitações na soberania das Organizações Internacionais no cenário internacional, já que no final do período de colonização “a falta de identidade comum, presente na fase pré-colonial, ainda não tinha sido superada. Apesar da formação das fronteiras e da criação dos Estados, a artificialidade destes processos enfraqueceu a unidade africana, tanto dentro quanto entre as comunidades.” (MARTINS, 2008, P. 221)

A década de 80 e inferidos avanços e desserviços trás, também, a perspectiva de integração, vê-se a criação de uma identidade reforçada no esforço de unir o continente sob uma instituição: a desgastada OUA (Organização da Unidade Africana), que posteriormente, consolidada em 2002, se tornou UA (União Africana), preocupada com o desenvolvimento de uma diplomacia uníssona africana revelando

uma África que agora tenta protagonizar interagindo com o mundo, se abrindo e abraçando a contemporaneidade tentando alcançar uma visibilidade no Sistema Internacional. (DOPCKE, 2002)

Em 1984, Marrocos afastou do bloco após a admissão da República Árabe Sarauí Democrática (Saara Ocidental) como membro da OUA. Em 1980 a OUA interviu, buscando um diálogo entre ambas as partes. A intervenção da OUA foi tão falha que durante a década de 80 ocorreu o “The Berm” – uma barreira nivelada de areia e pedra construída pelos marroquinos para separar os territórios. Foi necessário a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) – “a Organização Internacional mais legítima e que possui maior robustez para atuar na resolução de conflitos.” (DUARTE, 2016. P.6)

Um breve comparativo entre a atuação da ONU e da OUA no conflito ocasionado entre Marrocos e o Saara Ocidental é possível notar as amargas deixadas pelo colonialismo no continente africano. A ONU que foi criada em um cenário que predominava o realismo (1945), têm o Estados Unidos da América como uma potência hegemônica, que através das instituições pode usar a força com legitimidade. E mais uma vez, mesmo em um período pós-colonial, deixando uma Organização como “o principal centro de decisões para a política internacional” (AMORIM, 2010). A própria Organização Africana quanto tentou agir dentro do seu território – em relação ao continente – não houve progresso, sendo necessário a interferência de uma Organização hegemônica e externa ao continente, que é dotada de influência e legitimidade no Cenário Internacional.

A UA ganha fôlego a partir da Declaração de Sirte, entre 8 e 9 de setembro de 1999, mas quase três anos depois, em 9 de julho 2002 que a UA é lançada oficialmente na África do Sul, na cidade de Durban. A sede está localizada na capital da Etiópia, em Adis Abeba, com 55 Estados-membros. (HAFFNER; VIANA, 2013). A criação da União Africana, apesar de ser vista, segundo Dopcke (2002), como uma OUA com vestes novas, trouxe aos africanos uma esperança de alterar os resquícios coloniais e as relações de poder, sendo assim vista como um marco crucial nas relações internas e externas dos Estados africano.

O ano de 1955 ocorreu a Conferência de Bandung, reunindo 29 países asiáticos e africanos na cidade de Bandung (Indonésia) em prol da descolonização e o surgimento do Terceiro Mundo no cenário internacional. Datando assim 63 anos da conferência, a União Africana não superou, “num sentido profundo, a divisão do

espaço político, social e econômico, criada pela inserção dependente do continente no sistema internacional”. (HAFFNER; VIANA, 2013. p.5)

Os objetivos da União Africana são extensos, que segundo Ferreira, (2018) o continente encontra dificuldades em obter acesso à tecnologia dos Estados emergentes, falta de mercado e capital para exportar os produtos, e a ausência de uma cooperação institucional com legitimidade para ação no âmbito internacional. Destaca-se, ainda com Ferreira que tais desafios acentuaram a subalternidade africana frente aos países hegemônicos.

O processo de consolidação dos Estados africanos relaciona-se, de modo geral, à adoção de políticas de longo prazo voltadas para a diversificação da estrutura produtiva, à integração de infraestrutura nos âmbitos nacional e regional e à reinserção na economia e na política internacionais. [...] As demandas por uma coordenação supranacional de planejamento reforçam o sentido de unidade do continente e os desafios da União Africana (UA) como alicerce institucional do “renascimento africano”, pelo menos quando se considera as taxas de crescimento econômico. (FARIAS, 2017, p. 206)

Passando para um cenário mais amplo, no pós colonialismo e no ano de 2018, é perceptível – ainda que nos vestígios, que o continente africano ainda se encontra em uma situação de subalternidade em relação aos Estados colonizadores, na situação econômica, os países de Primeiro Mundo entram com o capital, os de Terceiro Mundo com a mão de obra barata e a matéria-prima, as peças são montadas ali, porém não são comercializadas no mercado local, elas são enviadas para os Países de Primeiro Mundo com taxas quase inexistentes e comercializadas lá, fazendo com o que o Primeiro Mundo fique com o lucro e o Terceiro Mundo com o trabalho mal remunerado. (SPIVAK, 2010)

Segundo Herz e Hoffman (2004), a Governança Global é a forma mais institucional de realizar a cooperação internacional, pois através dela existe o multilateralismo, a justiça, a paz e o consenso. A visão de Herz e Hoffman é uma visão política liberalista, onde o conflito prejudica a ordem internacional e o normal é a paz perpétua. Entretanto, a proposta de reduzir o número dos conflitos através de normas internacional é falha, uma vez que os Estados hegemônicos utilizam dessas primícias para dominar os países subalternos.

A União Africana eclodiu com força e com esperança de integração político-econômica e democratização para o povo africano, entretanto, tratando de uma visão realista, um cenário pós colonial com Estados construídos culturalmente e territorialmente sob os domínios hegemônicos, ocasionou a construção de uma

Organização desintegrada e instável, que segundo o ex-primeiro ministro líbio, Mouammar Kadhafi (2013), os planos da UA para a criação de “um exército africano, uma moeda única e a liberdade de movimento e comércio, a exemplo da União Europeia, acabaram por semear mais discórdia”.

A África, em si, é tudo: conflito, acordo, paz, reordenamento, atrito e renascimento. A ideia de um refazer africano é a raiz epistemológica do ser africano, que passou e passa tantas transformações, adapta-se, converge e converte.

A União Africana, ainda no ano de 2018, é composta por 55 Estados-Membros que representam os Estados do continente africano. A seguir, uma imagem que retrata os países membros dessa organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desrespeito territorial, cultural e religioso para com o continente africano provocados por Estados em posição de poder extravasam qualquer limite – se é que há limites toleráveis para sustentar a transgressão a vida humana e a dignidade – uma vez que se entende a proporção de miséria, pobreza e morte no continente africano. O discurso pronto, a verdade relativa, a subalternidade, a indignação seletiva e o imperialismo tácito imposto nas relações de poder minimizam, estereotipam, classificam e deslegitimam as Organizações Internacionais africanas. Um dos exemplos ilustrados foi a falta de credibilidade da OUA. A percepção pós-colonial num mundo pós-moderno é condição de êxito e voz, mais além, fator condicionante de ação e expressão, haja vista a posição do ser enquanto ator – mesmo que só – no sistema internacional.

Tendo em vista que os povos africanos permaneceram por um longo tempo como reféns da exploração e subjugação dos Estados considerados, por si próprios, desenvolvidos e centrais no meio internacional destaca-se, um cenário de tensões e guerras na economia e na política. Reflete-se então que o “grito” da África – por meio de suas Organizações Internacionais – enquanto subalterna, traz a cena uma voz que incomoda as posições estacionárias de poder e prestígio; cria espaço num ambiente de normatividade positivista comum e transgride o etnocentrismo visceral de um código de condutas velado e fascista.

Agradeço primeiramente aos meus pais que durante essa trajetória me impulsionaram quando eu já não encontrava mais energias. Dedico ao meu pai que nesse ínterim, leu todos os meus artigos e trabalhos acadêmicos, e a minha mãe, que com seus conselhos me ensinou a resistir. As minhas melhores amigas: Flávia, Julia e Gabriela; amigas proporcionadas no meio acadêmico para toda a vida, as que me ensinaram, na prática, o que é a sororidade. Agradeço também ao melhor companheiro universitário: Luciano Perilo, o meu melhor amigo, que me ensinou a escrever palavras como: bojo da democracia, impetrado e tácito, com quem compartilhei inúmeros almoços no Batatinhas, recheados de sobremesas; com as minhas falácias amorosas e discussões históricas e também muitas tardes de estudos no “aquarius/sala004” da PUC. Agradeço também a Aline Borghi, Yohanna Fernandes e a Fernanda Guimarães, que me ensinaram a sempre questionar, a pensar fora da caixinha. Agradeço também, ao meu orientador, Leonardo Mercher, que me conduziu com erudição no pouco tempo que lhe coube, e da melhor forma possível para realização desse meu sonho. Á todos, de forma direta e indiretamente que me ajudaram a chegar até aqui.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura do debate geral da 65ª Sessão da assembleia Geral das Nações Unidas**. New York, 23 de setembro, 2010. (comunicação oral)

CASTRO, T. **Teoria das Relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

DUARTE, G.R. **O papel da ONU no conflito do Saara Ocidental**. Rev. Conj. Aust. Porto Alegre. V.7, n33-34. P04-15 dez.2015/mar.2016 ISSN: 2178-8839

DU BOIS, W. E. B. **The Souls of Black Folk**. Chicago: A.C. McClurg & Co.; [Cambridge]: University Press John Wilson and Son, Cambridge, U.S.A., 1903; Bartleby.com, 1999.

DOPCKE, W. **Sai a Organização de Unidade Africana – entra a União Africana: novas encenações do continentalismo africano**. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10091/1/ARTIGO_OrganizacaoUnidadeAfricana.pdf> Acesso em: 22/02/2019

EDKINS, Jenny.; ZEHFUSS, Maja. **Global Politics: a new introduction**. New York: Routledge, 2014. Cap 5, p.120-134.

FARIAS, H.C. **A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2003-2014)**. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

HERZ, M.; HOFFMANN, A.R. **Organizações internacionais: histórias e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MARTA, I. **Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas**. Civitas, Porto Alegre, V. 14, n. 1, p. 27-42, Jan-abril 2014

MARTINS, S. R. P. **A construção da África: uma reflexão sobre origem e identidade no continente**. Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países

de Lingua Portuguesa [en linea] 2008, II (setembro-fevereiro): [Fecha de consulta: 24 de febrero de 2019] Disponible en <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87920318>> ISSN 1980-7686

NEVES, C.; ALMEIDA, A. **A Identidade do "Outro" colonizado à luz das reflexões dos estudos Pós-Coloniais**. Em Tempos de Histórias, Brasília, n. 20, p. 123-135, jan-jul 2012.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre, v.4, n.7 jan/jun. 2015. ISSN: 2238-6262 / e-ISSN: 2238-6912

SAID, E.W. **Orientalism**. New York: Vintage Books, 1979.

SCHAMDOMSKY, L.; KRIPPAHL C. **União Africana atravessa 50 anos tribulados**. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-002/uni%C3%A3o-africana-atravessa-50-anos-atribulados/a-16833415>> Acesso em: 24/02/2019.

SPIVAK, G.C. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução de Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UNIÃO AFRICANA. **7791 Treaty 0032 Charter for African Cultural Renaissance**. 2006.

VAN DER REE, G. **Postcolonialism**. N.p., 2014.

VISENTINI, P.F. **História da África e dos africanos**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 201